



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Sete de Setembro



CONTRATO Nº 027/2019

Município de Sete de Setembro, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Márcio Politowski, inscrito no CPF sob nº 960.364.190-15, doravante denominado de **CONTRATANTE**, com sede administrativa na Rua Edmundo Grassel, 1245, em Sete de Setembro/RS, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.776/0001-25 e **M. F. Machado Soares – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Anchieta, nº 61, em Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob nº 03.230.856/0001-41, representada neste ato por sua representante legal, Sra. Maria Fernanda Machado Soares, inscrita no CPF sob nº 352.943.150-49, doravante denominado de **CONTRATADO**, firmam o presente contrato para o fornecimento do objeto, descrito na Cláusula Primeira - Do Objeto.

Este contrato tem fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, conforme o Processo de licitação protocolado sob nº 122/2019, Edital de Tomada de Preço nº 2/2019, regendo-se pela Lei Federal 8.666 de 21 de Junho de 1993 e legislação pertinente, bem como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta do CONTRATADO e pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato visa à aquisição de material de expediente para o uso em diversos setores da Administração Municipal, de acordo com a relação abaixo:

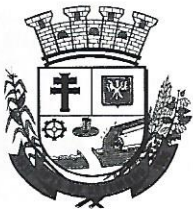
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
134	PAPEL CARTÃO, TAMANHO A4, 180G/M², PACOTE COM 50 FOLHAS, COR BEGE	PCT	15	R\$ 11,40	R\$ 171,00
138	PAPEL CARTÃO, TAMANHO A4, 180G/M², PACOTE COM 50 FOLHAS, COR VERMELHO	PCT	15	R\$ 11,40	R\$ 171,00
193	PISTOLA DE COLA QUENTE, PARA REFIL FINO, COM NO MÍNIMO 30W DE POTÊNCIA, ALIMENTAÇÃO 220V, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UN	12	R\$ 15,06	R\$ 180,72
194	PISTOLA DE COLA QUENTE, PARA REFIL GROSSO, COM NO MÍNIMO 100W DE POTÊNCIA, ALIMENTAÇÃO 220V, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UN	12	R\$ 18,60	R\$ 223,20

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: O preço total do presente contrato é de R\$ 745,92 (setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos), constante da proposta e aceito pelo CONTRATADO como justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

0301	4	122	1	2	4	3390300000000	MATERIAL DE CONSUMO	45
0401	4	123	12	2	7	3390300000000	MATERIAL DE CONSUMO	107
0501	12	122	4	2	9	3390300000000	MATERIAL DE CONSUMO	122
0502	12	361	4	2	11	3390300000000	MATERIAL DE CONSUMO	146
0502	12	365	4	2	32	3390300000000	MATERIAL DE CONSUMO	183
0601	10	122	122	2	8	3390300000000	MATERIAL DE CONSUMO	228
0603	8	244	8	2	43	3390300000000	MATERIAL DE CONSUMO	349

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA:



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Sete de Setembro



PARÁGRAFO PRIMEIRO - A entrega dos materiais deverá ser feita junto ao Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Sete de Setembro, localizado na Rua Edmundo Grassel, nº 1245, 3º andar, em dia e horário de expediente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo para entrega dos materiais será de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da presente data.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças do Município, com as Notas Fiscais, na Tesouraria da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São obrigações do CONTRATANTE:

- Acompanhar a entrega do objeto licitado;
- Fazer o descarregamento do material entregue pelo CONTRATADO, após a conferência do mesmo;
- Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos deste instrumento;
- Promover a fiscalização e conferência do objeto entregue pelo CONTRATADO e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta do objeto licitado;
- Efetuar o pagamento na forma convencionada neste contrato se cumpridas as formalidades constantes do Edital;
- Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
- Notificar, por escrito, ao CONTRATADO, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto licitado, fixando prazo para sua correção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do CONTRATADO:

- Cumprir os prazos de entrega pactuados;
- Garantir a boa qualidade dos produtos entregues;
- Fornecer os produtos de acordo com o exigido no Edital;
- Substituir os produtos danificados ou defeituosos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação que lhe será entregue;
- Prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;
- Comunicar ao Município, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
- Manter, durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;
- Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO: O CONTRATADO reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77 da Lei Federal 8666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal 8666/93, amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, ou judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de rescisão deste contrato, o CONTRATANTE reterá os créditos decorrentes da contratação até o limite dos prejuízos causados e assumirá imediatamente o objeto contratado, por ato próprio do CONTRATANTE.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Sete de Setembro



CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E MULTAS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sujeita-se o CONTRATADO às seguintes penalidades, a serem aplicadas após regular processo administrativo:

a) advertência: entregar o objeto com características em desconformidade com o edital, passíveis de correção durante o prazo de entrega previsto e sem prejuízo ao resultado almejado pela licitação.

b) multa diária de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato: entregar o objeto com atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias corridos, após os quais será considerado como inexecução contratual.

c) inexecução parcial das condições pactuadas: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano e multa de 30% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

d) inexecução total das condições pactuadas: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

e) causar prejuízo material resultante diretamente da execução deste contrato: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na aplicação das penalidades previstas nesse instrumento contratual, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do CONTRATADO, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas de defesa, protocoladas nos prazos especificados no artigo 87, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao CONTRATADO em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pelo município, através do setor competente.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso não houver quitação da multa, o valor a ela referente será retido no pagamento a que o licitante fizer jus.

PARÁGRAFO SEXTO - Não havendo crédito ou não havendo o pagamento, a multa será convertida em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca da GUARANI DAS MISSÕES, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E, por assim estarem ambas as partes justas e conformes, de pleno acordo com as cláusulas e condições do presente contrato, assinam o mesmo em quatro vias de igual forma e teor e na presença de duas testemunhas para que produza jurídicos e legais efeitos.

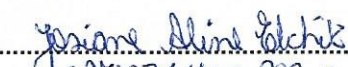
Sete de Setembro/RS, 13 de março de 2019.


Maria Fernanda Machado Soares
CPF: 352.943.150-49
P/ CONTRATADO


Marcio Politowski
CPF: 960.364.190-15
P/ CONTRATANTE

Testemunhas:


Marcio C. S. Silva
CPF: 022.167.820-41


Joice Aline Schick
CPF: 037.495.890-40